

Brasília(DF), 27/06/2025

Manifesto do Fórum Sindical: Saúde, Trabalho e Direitos Humanos – Construção Coletiva de vigilância popular em saúde do trabalhador.

1. É chegada a hora de transformar escuta em movimento, denúncia em mobilização e experiência vivida em ação política concreta. O que se construiu até aqui não foi apenas diagnóstico, foi vínculo, enraizamento e coragem coletiva. Caminhamos com quem sabe, sente e resiste, e também com quem sonha, realiza e transforma. Com quem reconhece no cuidado uma forma de luta, e na luta uma forma de cuidar. Este é o tempo de mergulhar nos territórios não como quem observa de fora, mas como parte viva do chão que pulsa. De assumir, sem hesitação, o compromisso com a proteção da saúde da classe trabalhadora em todas as suas expressões e realidades. É tempo de fazer do território um campo de reinvenção da saúde, da vida e da dignidade, da reconstrução do sentido do trabalho, como espaço de pertencimento, criação e vínculo. De afirmar que há força na palavra partilhada, potência na memória organizada e futuro na ação que nasce do cotidiano de luta e também de esperança dos trabalhadores e das trabalhadoras.
2. O Fórum Sindical Saúde, Trabalho e Direitos Humanos do Distrito Federal e Região nasce como resposta político-pedagógica às múltiplas formas de precarização que atravessam o mundo do trabalho e impactam diretamente a saúde, a dignidade e os direitos fundamentais da classe trabalhadora.
3. Fruto da articulação entre sindicatos, movimentos populares, Conselhos de Saúde (Distrital e Nacional), instituições de pesquisa e ensino (como a Fiocruz e UNB) e entes públicos (Ministérios da Saúde, Trabalho, Previdência, Ministério Público, Congresso Nacional, Câmara Distrital, SES, CERES DF e CERESTs), o Fórum, a partir de debates na Fiocruz DF, constitui-se como espaço permanente de escuta, denúncia, formação, formulação coletiva. Assim, provoca ações permanentes e continuadas de mobilização e engajamento de trabalhadores(as) para vigilância popular em saúde de base territorial e participativa. No cerne da sua atuação, está a informação / comunicação, formação, ação de educação popular e gestão territorial participativa em saúde, trabalho e direitos humanos. Nele, o protagonismo de trabalhadores(as) é reconhecido como eixo estruturante de todas as ações.
4. A criação do Fórum não é um ponto de chegada, mas parte de uma trajetória histórica de lutas. Articula saúde, trabalho e direitos humanos como dimensões inseparáveis para reivindicar a construção de uma sociedade mais justa. Inspira-se em experiências anteriores, como o Fórum Intersindical de Saúde, Trabalho e Direito, da Fiocruz/RJ, situado há 10 anos atrás, e responde aos desafios das novas formas de exploração.
5. O compromisso do Fórum está na construção de uma abordagem interseccional/consustancial, intersetorial de classe e territorial para os temas do trabalho, saúde e direitos humanos. Isso significa reconhecer que os problemas enfrentados no ambiente laboral não são abstratos. Eles estão situados em experiências concretas, marcadas por raça, classe, deficiência, identidade, gênero e orientação sexual, idade e

outras desigualdades / marcadores sociais da diversidade, dentro da perspectiva social da saúde.

6. O Fórum atua por meio de metodologias participativas, como oficinas temáticas, rodas de escuta e conversa, processos de formação-ação e práticas de vigilância popular em saúde. Destacam-se a implementação da enquête engajada junto aos movimentos sindicais e movimentos sociais/populares e da cartografia crítica dos territórios. Essas ferramentas alimentam o Observatório do Fórum, que transforma dados em ação política, enfrentando a epidemia de adoecimento causada pela constante exposição aos riscos biopsicossociais decorrentes da exploração de classe imposta pelo capital.

7. Ao mesmo tempo, essas práticas ajudam a reconstruir o sentido do trabalho como espaço de escuta, reconhecimento, transformação coletiva e de relação humana, em conexão com a natureza. Embora, atualmente, seja um local de sofrimento e sequestro da vida, precisamos reconstruir como território de reinvenção do humano e de solidariedade.

8. Busca-se, com isso, derrubar muros e construir pontes entre as políticas públicas e a vida oprimida dos trabalhadores(as). A vigilância em saúde do trabalhador não é vista como instrumento técnico ou burocrático. Ela se realiza como prática política viva, situada e feita para, com e a partir de quem vivencia os agravos no processo produtivo. A crítica emerge justamente do desejo de que o trabalho volte a ser espaço de vida plena e solidariedade, um espaço atravessado pelas relações humanas, como nos ensinou, de forma contundente, a experiência da pandemia.

9. O Fórum constituirá seu Observatório, e a partir da ideia da Enquete Operária de Marx, aqui traduzida como Enquete Engajada, com o objetivo de conscientizar os(as) trabalhadores(as) e instigar sindicatos, instituições públicas de saúde e o SUS a assumirem sua responsabilidade principista de proteger a saúde do trabalhador(a) brasileiro(a). Somos também inspirados pela Reforma Sanitária Italiana, resultado da mobilização da classe operária na década de 1970, que, diante de condições de trabalho desumana, exigiu uma saúde pública comprometida com a realidade concreta do mundo do trabalho.

10. Essa experiência histórica influenciou profundamente a afirmação de sistemas públicos de saúde comprometidos com a justiça social, como o modelo cubano, o Sistema Nacional de Saúde Britânico (NHS) e o próprio SUS brasileiro. Apesar de contextos distintos, esses modelos convergem em fundamentos estruturantes: trabalho em equipe de profissionais comprometida com a classe trabalhadora; prevenção, promoção e cuidado; atenção integral à saúde e territorialização das ações. A partir disso, o Fórum propõe a discussão do trabalho, saúde e ambiente como organizador da saúde no território, em consonância com os princípios que regem o SUS: de universalidade, integralidade, equidade e participação social.

11. É a partir dessa convergência teórico-prática que o Fórum propõe sua atuação - compreende que o saber situado de trabalhadores e trabalhadoras é central para a análise e transformação das relações e condições de trabalho, em que a vigilância em saúde deve ser crítica, popular, enraizada nos territórios e orientada por um projeto coletivo de sociedade, no qual o trabalho é reconhecido como espaço humano emancipatório de ação transformadora de ambientes de trabalho que cultivem vínculos, autonomia e sentido do trabalho.

12. O Fórum reúne sanitaristas, militantes da saúde e representantes sindicais e populares. A partir de uma abordagem sindical e territorial, a princípio, as discussões e debates tem construído ações com as categorias de enfermeiros(as), bancários(as), motoboys e profissionais da limpeza urbana, e também com a participação de trabalhadores(as) das comunidades periféricas (foco na comunidade do Sol Nascente) e de assentamentos de reforma agrária. Essa diversidade fortalece seu caráter plural e enraizado. Amplia-se, assim, a escuta e a representação de realidades territoriais e condições muitas vezes silenciadas ou criminalizadas.

13. Nesse campo de atuação, o Observatório constitui-se como instrumento metodológico de informação e comunicação do Fórum. Três pilares metodológicos de produção de conhecimento orientam a atuação do Fórum: a) processo pedagógico de formação-ação crítica e contínua; b) enquête engajada e cartografia crítica; c) incidência política articulada, com cobrança ativa das instâncias responsáveis pela formulação e deliberação de políticas públicas.

14. O Observatório gera um ecossistema de escuta, análise crítica, mobilização e proposição, exigindo do SUS a responsabilidade efetiva com a saúde dos(as) trabalhadores(as). Ele acolhe e sistematiza experiências e denúncias, convertendo-as em conhecimento acessível.

15. Ao reafirmar que cuidar da saúde dos(as) trabalhadores(as) é também cuidar da democracia, da solidariedade e da vida, o Fórum se coloca como ferramenta estratégica de transformação coletiva, atento à necessidade de combater a desumanidade das novas formas de exploração no trabalho contemporâneo. Reivindicar o direito ao cuidado no trabalho é, também, afirmar o trabalho como campo legítimo de construção de vínculos, propósito e pertencimento.

16. O Fórum se apresenta como instrumento de transformação coletiva, enfrentando as novas formas de exploração e desumanização no trabalho. Defende o trabalho como dimensão fundamental da existência humana e, por isso, discutir o trabalho é também discutir a sociedade que queremos. Reorganizar sua concepção é romper com a lógica da exploração, da invisibilidade e do sofrimento. A capacidade de lutar contra tudo que nos oprime é saúde. Lutar por saúde no trabalho é afirmar um pacto de cidadania, em que o trabalho deixa de ser apenas meio de sobrevivência e passa a ser apropriado pela classe trabalhadora, em prol do desenvolvimento subjetivo, enquanto sujeito - fundamento de sua individuação e enquanto sociedade.

17. Por fim, condenamos a sociedade que transforma o trabalho em medida de valor absoluto, esvaziando o sentido político do trabalho, substituindo o agir por repetir, o pensar por fazer, o existir por produzir, o retorno aos “tempos modernos” da Revolução Industrial. Quando isso ocorre, o trabalho deixa de ser espaço de vínculo, reconhecimento, realização e bem-estar, e passa a ser apenas sobrevivência. Retomar o trabalho como prática livre, criativa e solidária é, portanto, uma aposta emancipatória na transformação social para a construção de uma sociedade justa e humanitária.

Executiva do Fórum: Alberto E S P Okada; Amadeu Alvarenga; Cláudia d’Arede; Conceição de Maria Costa; Gizele Pozzetti; Jorge Mesquita H Machado; Jorge Henrique S S Filho; Letícia Silva Alves; Lura Machado; Maíra Valério; Rafael Bastos; Thiago Sebastião de Melo e Vanessa Sobreira.